

O SIGNIFICADO DAS ELEIÇÕES NO BRASIL DE HOJE

Marcelo Badaró Mattos*

INTRODUÇÃO

Este artigo, originalmente concebido como uma intervenção oral,¹ foi construído a partir de três objetivos principais: avaliar sinteticamente o significado das eleições nos dias de hoje, o que demanda uma caracterização dos regimes políticos democráticos contemporâneos; identificar o desenho do regime e do Estado no Brasil de hoje; e, finalmente, analisar o que exatamente está em jogo no processo eleitoral atual.

Tais objetivos orientaram a divisão formal do artigo.

QUAL DEMOCRACIA?

A conquista da participação política pelas maiorias trabalhadoras foi árdua e demandou uma luta secular sob o capitalismo. No entanto, a cada conquista na direção do sufrágio universal e da elegibilidade ampliada, as classes dominantes impuseram limitações diretas ao exercício do poder político decorrente de tais conquistas (vencidos os modelos do voto censitário), entraram em cena os parlamentos bicamerais, o sistema eleitoral uninominal (via voto distrital, por exemplo), o bipartidarismo na prática, o poder econômico e as modernas campanhas eleitorais publicitárias (LOSURDO, 2004). Por isso, o sufrágio universal e a participação eleitoral das massas trabalhadoras não lograram reverter a blindagem completa da esfera política do Estado, sob a democracia representativa, em relação à possibilidade de interferência transformadora sobre a autônoma esfera econômica da propriedade privada capitalista.

Foi esse também o mote da reflexão de Ellen Wood (2006), para quem o conceito de democracia deve ter seu sentido original resgatado, como “governo pelo povo ou pelo poder do povo”, o que não deve significar apenas “que o povo, como um conjunto político de cidadãos individuais tenha o direito de voto. Mas também pode significar a reversão do

*Professor Titular do Departamento de História/UFF.

governo de classe, em que o *demos*, o homem comum, desafia a dominação dos ricos”, o que aproxima, portanto, sua definição de democracia da idéia de “desafio ao governo de classe”. Por isso:

“apesar da importância crítica da luta em favor de qualquer reforma democrática no âmbito do capitalismo, o capitalismo é, na essência, incompatível com a democracia. E é incompatível não apenas no caráter óbvio de que o capitalismo representa o governo de classe pelo capital, mas também no sentido de que o capitalismo limita o poder do ‘povo’ entendido no estrito significado político. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida”. (Idem, pp. 7 e 8)

Domenico Losurdo (2004) apresenta um exemplo interessante do grau de fragilidade dos atuais mecanismos de participação democrática, no prefácio escrito para a edição brasileira do livro já citado. Trata-se do poder de decretar a guerra. Se nas análises políticas clássicas o grau de autonomia do governante para decretar a guerra era determinante para a avaliação do caráter autocrático dos regimes políticos, o que dizer sobre o fato de que, em relação à “Guerra do Iraque”, o parlamento estadunidense tivesse uma margem mínima de autonomia, frente às medidas pró-guerra tomadas pelo Executivo, “apoiado” por uma pressão social originada por toda a campanha midiática desenvolvida pós-11 de setembro? Ou, ainda mais significativo, o fato de que na campanha para as eleições parlamentares britânicas de 2005, quando a imensa maioria da população era contrária à participação inglesa no conflito, tanto conservadores quanto trabalhistas – os dois partidos que efetivamente concorriam no processo – prometiam manter e/ou aprofundar a participação inglesa na guerra. Ou seja, nenhum filtro democrático, seja o equilíbrio entre os poderes, ou mesmo a “vontade popular”, foi minimamente efetivo, nesse caso (como em tantos outros), para conter o poder autocrático dos governantes.

O BRASIL E AS ELEIÇÕES DE 2010

Com base nas referências apresentadas, fica claro o posicionamento do Estado na sociedade atual, ainda que sob regimes democráticos: como instrumento da manutenção do sistema sócio-metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002), ou seja, como espaço em que a dominação de classes ganha dimensões mais propriamente políticas. Essa concepção está longe de levar a uma simplificação de análise. Pelo contrário, ela exige localizar claramente qual é a natureza do quadro econômico e social brasileiro contemporâneo, para entender: quem é a classe dominante e quais são suas frações, quem é a classe trabalhadora que potencialmente poderia “desafiar seu poder de classe” (lembrando a definição de democracia de Wood), e como domina essa classe dominante.

De forma muito sintética esboçarei algumas caracterizações nessa direção. Vivemos uma era em que o capitalismo consolidou-se como lógica e realidade em escala global. Colonizando economicamente não apenas novos territórios, como também dimensões da natureza e da vida social que ainda não lhe eram totalmente subsumidas. Modo de produção e forma sócio-metabólica alimentados por contradições muito fortes, o capitalismo triunfante é também um capitalismo em estado de crise estrutural.

Se a dinâmica de expansão do capitalismo foi historicamente cíclica, alternando fases de crescimento com períodos de recessão, indicadores como os das taxas de crescimento nacional e, especialmente, das taxas de lucros, demonstram que a crise que atingiu o sistema na década de 1970 (precedida pelas ameaças anti-sistêmicas dos levantes operários e de outros setores sociais, em fins dos anos 1960, nos países de desenvolvimento industrial mais avançado) tem dimensões mais profundas que as de uma crise cíclica episódica. O que resultou na busca de saídas capitalistas mais radicais, aprofundando alternativas já tradicionais como a elevação da taxa de exploração da força de trabalho, a ampliação da expansão imperialista ou ainda a busca pela realização dos lucros numa esfera da reprodução ampliada do capital cada vez menos calcada em sua real base material (a da exploração do trabalho), tratada genericamente como a do “capital financeiro” ou “financeirização da economia”.

Definir claramente a natureza desses movimentos do capital é essencial para

qualquer esforço de caracterização do quadro atual da dinâmica conflituosa do social. Porque do ponto de vista da classe trabalhadora ele tem se materializado, no Brasil como em tantos outros lugares, em ampliação do desemprego, das formas precárias (do emprego informal às situações análogas à escravidão) de exploração da força de trabalho e da retirada (dita “flexibilização”) de direitos trabalhistas. Tudo isso acompanhado de um desmonte dos serviços públicos que garantiam, com todos os seus limites, horizontes de universalização de direitos, como na área da saúde e da educação, acompanhados da transformação do sistema previdenciário – de um sistema por repartição para um sistema por contribuição – e da assistência social – agora “focalizada”. Ou seja, estamos falando de uma profunda e impactante reversão de conquistas sociais, direitos sociais, que foram entendidos como os mais modernos e avançados das democracias do pós-guerra.

De outro lado, devemos dimensionar claramente o papel atual da expansão imperialista, como uma expansão necessária, uma fuga para frente do capital, em busca de reprodução, que atinge de forma particular a América Latina e o Brasil. As décadas de políticas neoliberais de “abertura de mercados”, privatizações e pagamento incondicional e inquestionável das dívidas, resultaram num grau elevadíssimo de desnacionalização da economia brasileira.

Porém, mesmo nas condições atuais de menor autonomia relativa das economias periféricas e dependentes, como a brasileira, em relação aos centros de expansão imperialista, nossa economia pode hoje servir como plataforma de expansão imperialista sobre outros países da América Latina – algo próximo ao que Ruy Mauro Marini (2000) definiu como “sub-imperialismo” – dada a necessidade de expansão dos capitais aqui instalados e a maior complexidade da economia capitalista brasileira quando confrontada com economias vizinhas. Tem sido esse o sentido das políticas econômicas governamentais que balizam a atuação do BNDES como financiador da expansão sul-americana (e em menor medida africana) de empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e as grandes construtoras².

Completando o entendimento das formas através das quais o capital busca superar suas crises, esbarramos naquela que mais visivelmente foi a maior responsável

pelo último ciclo de relativa recuperação das taxas de lucro, porém foi também a maior razão da última e explosiva manifestação conjuntural da crise estrutural do capital, mais sensível a partir de fins de 2008. Trata-se do que é mais corriqueiramente definido como financeirização do capital, ou predomínio do capital financeiro. A definição de capital financeiro é, no entanto, muito variável e sujeita a controvérsias, oscilando desde a noção de capital bancário, passando pela idéia de que se trata de um capital que se apropria de juros, até a aplicação mais esquemática do modelo de Hilferding, generalizado por Lênin, de união entre capitais bancários e industriais, no momento de superação do capitalismo “liberal” pelo monopolista e imperialista. (HILFERDING, 1985 e LENIN: 1985)

Mais interessante para nós é tentar entender como a fase atual do capitalismo é marcada pela maior autonomização da forma do capital que Marx denominou “capital fictício”, justamente para explicar uma possibilidade de valorização do capital na esfera da apropriação do excedente, que se dá sem um vínculo direto com a produção do excedente, ou seja, com a produção capitalista como espaço em que se extrai a mais-valia. As formas mais recentes de mobilidade do capital fictício – pela via dos títulos de crédito, ações, mercados de futuros, derivativos, refinanciamentos de hipotecas, e muitas outras – indicaram saídas para a redução do tempo de rotação dos capitais e a elevação da taxa de lucro. A disfuncionalidade dessa forma do capital mais descolada do processo produtivo, porém, se por um lado favoreceu o ciclo de relativa recuperação dos últimos anos, por outro potencializou a crise que se manifesta hoje.

É no âmbito dessa compreensão que podemos esclarecer melhor as contradições da lógica atual de expansão e crise do capitalismo, responsável por desastres sociais e ambientais de proporções cada vez mais devastadoras.

A uma tal complexificação da formação econômica e social brasileira corresponde, com as devidas mediações, uma equivalente complexificação da estrutura de classes, assim como do Estado e das formas de dominação. Assim, já não é mais possível pensar na formação das classes dominantes brasileiras a partir de dicotomias entre capital nacional e capital estrangeiro; capital produtivo e capital especulativo; ou capital industrial/urbano e agrícola/rural.

Hoje, no Brasil, o grau de internacionalização e associação de capitais torna ainda mais equívoca (e tais tentativas já geraram enormes equívocos políticos no passado) qualquer tentativa de divisar fortes contradições entre uma burguesia nacional e o imperialismo. Da mesma forma, o predomínio da lógica do capital fictício como saída para a reprodução ampliada do capital anula, na burguesia aqui instalada, contradições de fundo entre o capital dito produtivo e o chamado especulativo, pois o lucro pela via especulativa é comum a todas as frações do capital. Menos razões ainda encontraríamos para localizar uma classe dominante rural profundamente distinta da burguesia urbana, uma vez que a agricultura brasileira é hoje largamente dominada pelo agronegócio, forma plenamente industrial-capitalista de produção agrícola, com características de capital monopolista e forte participação de capitais bancários e urbano-industriais nos investimentos rurais.

É certo que tais características não invalidam o fato de que, na concorrência imposta pela lógica do capital, apareçam contradições de interesses entre os diferentes setores capitalistas, que se personificam em diversas frações de classe da burguesia. Porém, devemos entendê-las como contradições que se encarnam muito difusamente nas pessoas de carne e osso, uma vez que são cada vez mais raras aquelas figuras da grande burguesia que não compartilham investimentos e participações em indústrias urbanas, agronegócio, bancos e todas as modalidades de aplicações especulativas de capital. Esse raciocínio não invalida localizarmos, por exemplo, que nos dois mandatos de Lula predominaram os interesses dos capitais ligados aos bancos, à produção de commodities e às empreiteiras, todos profundamente internacionalizados. Mas, nos facilita o entendimento de porque, ainda assim, a FIESP é dirigida por um setor empresarial governista.

Se a concorrência pode, eventualmente, opor interesses burgueses, sabemos que a luta de classes os unifica, ou seja, diante de qualquer ameaça – real ou potencial – da classe trabalhadora, a reação burguesa é unitária. Tal princípio, largamente exemplificado na história de nosso país, é ainda mais vital para uma burguesia periférica e subordinada, que dado o caráter dependente do capitalismo no Brasil, necessita ainda mais do recurso ao aumento da taxa de exploração da força de trabalho, como forma de manter a acumulação. Daí a propensão burguesa a um estado de “contra-revolução

prolongada”, para lembrarmos a pertinente expressão cunhada por Florestan Fernandes (1975).

Tal arrazoado é necessário para que possamos entender a natureza das formas atuais de dominação burguesa no Brasil. De um lado, percebendo como à complexificação do capitalismo brasileiro correspondeu uma complexificação dessas formas de dominação, ou seja, do Estado burguês, que para ser melhor compreendido deve ser encarado conforme a matriz de análise do Estado “integral”, também chamado “ampliado”, elaborada por Antonio Gramsci (2000) ao observar a natureza dos Estados nos países de capitalismo mais avançado no início do século XX. Tal perspectiva corresponde a um olhar sobre o Estado que não se restringe à análise dos mecanismos de governo e da ossatura burocrática do aparelho de Estado propriamente dito, mas busca entender como a dominação se exerce a partir da própria sociedade civil, compreendida como o lócus da organização de interesses de classe e da formulação dos projetos que representam os interesses burgueses, mas são difundidos como representando interesses universais. É na relação entre essa ação na sociedade civil e seus reflexos no Estado, em sentido mais estrito (de sociedade política), que podemos buscar a natureza das formas contemporâneas de dominação burguesa, na sua dimensão de construção da hegemonia.

Por isso devemos estar atentos ao modo como hoje se organizam capilarmente os interesses burgueses no Brasil, atravessando tanto o associativismo e os sindicatos patronais tradicionais, quanto as novas modalidades de atuação empresarial no âmbito social – como as que se propagandeam como de “responsabilidade social” – através de novos pólos de associação (vide Instituto Liberal, Instituto do Milênio e tantos outros), normalmente constituídos como fundações de direito privado, organizações sociais de interesse público, ou ONGs, que não apenas congregam e difundem projetos de classe, como interagem diretamente na formulação das políticas públicas. Podemos localizar vários exemplos da força desses interesses organizados no desenho das políticas públicas em curso, como no caso da educação, em que isso se torna cada vez mais perceptível quando o MEC anuncia o papel ativo da campanha “Todos pela Educação” na formulação do PNE, ou nas “parcerias” que têm entregado a política educacional de estados e municípios a fundações como Roberto Marinho e Airton Senna. Essa

capilaridade organizativa da classe dominante na sociedade civil se fortalece através da ação dos interesses empresariais dos monopólios de comunicação, que cumprem exemplarmente seu papel na difusão das propostas hegemônicas, e na estigmatização e criminalização de todas as vozes dissidentes e projetos contra-hegemônicos.

Estaríamos limitados em nosso horizonte se entendêssemos que a complexificação do Estado caminhou no sentido unívoco de uma forma de dominação de tipo hegemônica, em que as estratégias de convencimento são por si capazes de garantir o poder de classe da burguesia. Essa posição é defendida por analistas em tese mais críticos, mais diretamente por aquele tipo de leitura da transição pós-ditadura empresarial-militar que enxergou um “avanço da sociedade civil”, identificado como crescimento da cidadania. Algo que por si só garantiria um aperfeiçoamento democrático, entendida a sociedade civil – à maneira liberal, ainda que não assumida – como reino dos interesses livremente organizados e a democracia como um conjunto de formas políticas em que o direito de voto e o pluripartidarismo são os indicadores principais.

Se Gramsci já afirmara que a hegemonia é coerção revestida de consenso, o que dizer do momento atual, em que ao máximo esforço de produção de consensos corresponde, de forma concomitante e integrada, um esforço repressivo extremo que atinge particularmente os setores mais precarizados da classe trabalhadora, particularmente naqueles espaços de moradia e sociabilidade em que se concentram e onde de alguma forma podem vir a desenvolver uma consciência coletiva e perspectivas políticas anticapitalistas. É o fenômeno que normalmente tratamos como criminalização da pobreza, levado às últimas consequências do extermínio sistemático de jovens, especialmente negros, pelo braço policial do Estado nas favelas e periferias das grandes cidades brasileiras.

O aparato coercitivo, que se volta contra os setores mais precarizados e pauperizados da classe, é em grande medida o mesmo que se mobiliza para reprimir os setores mais organizados, que ainda teimam em levar adiante as lutas anti-sistêmicas, ou simplesmente a mobilização social na defesa de direitos fundamentais. Se o governo Lula foi extremamente eficiente na atração de lideranças, entidades representativas e movimentos da classe para a órbita do Estado e das forças do capital, ainda assim

restaram forças sociais resistentes, para as quais o tratamento dispensado tem sido o da mais violenta repressão, como o ilustra o aumento dos índices de violência no campo nos últimos anos, conforme registra o último relatório divulgado pela CPT³. É aquilo que usualmente tratamos por criminalização dos movimentos sociais.

Assim, por mais que os valores difundidos pelos aparelhos privados de hegemonia burguesa – como o empreendedorismo, a empregabilidade, a responsabilidade social, etc. – produzam consensos que obliteram a compreensão mais totalizante dos processos de dominação e exploração, o aspecto repressivo do Estado e as manifestações mais escancaradas da forma como os interesses dominantes se apropriam de seus canais – como a corrupção generalizada – engendram uma identificação correta, ainda que pouco elaborada, entre os trabalhadores e a população em geral de que o Estado não lhes pertence, nem mesmo representa.

O QUE ESTÁ EM JOGO NESSAS ELEIÇÕES DE 2010?

A rigor, nada de fundamental está em jogo nas próximas eleições presidenciais, legislativas e para governos estaduais. Isso porque nada de fundamental está em jogo nas eleições no quadro atual da democracia sob o capitalismo. Tentarei ser mais preciso, evitando uma afirmação apenas proclamatória. Para tanto, é preciso levar em conta um conjunto de fatos.

Vivemos um processo eleitoral polarizado, quase bi-partidário, e com partidos (o PT e o PSDB) que vários analistas políticos têm definido como “irmãos siameses”, dado o seu equivalente compromisso atual com a ordem estabelecida. Entre um eventual governo de Dilma e Serra, quais seriam as diferenças? Praticamente nenhuma, conforme podemos afirmar examinando suas propostas em diferentes áreas.

Por exemplo, na política econômica, ambos se afirmam “desenvolvimentistas”. Mudariam o Banco Central, com sua política de juros altos e compromisso com a dívida? Para entender que nada alterariam aí, basta lembrar que o presidente do BC, Meirelles, é, ao mesmo tempo, Lula e PSDB (ainda que não mais formalmente filiado a esse partido pelo qual se elegeu deputado em 2002, após aposentar-se da direção do Banco de Boston). É brasileiro, mas representa o capital bancário do imperialismo

estadunidense ao mesmo tempo. As privatizações serão questionadas por Serra ou por Dilma? E o modelo de crescimento à base de exportação das commodities do agronegócio, que encarece a produção de alimentos, destrói o meio ambiente e inviabiliza a reforma agrária, será alterado? E a construção de monstregos ambientais como a usina de Belo Monte será suspensa? Qualquer leitor menos que atento do noticiário político sabe que a resposta dos dois candidatos a essas perguntas é igualmente um sonoro não.

Mas não há vozes diferentes? E Marina Silva? Esta, para deixar claro a que veio – servir como terceira opção do mais do mesmo, canalizando aqui e ali algum voto descontente e ecologicamente mal informado –, afirmou desde o lançamento da campanha que manteria a política econômica, o que não é novidade, pois foi ministra do meio ambiente no governo Lula e não fez qualquer oposição significativa a tal política quando estava no governo.

Em outras áreas a diferença entre as propostas do PT e do PSDB é igualmente insignificante. Como no caso das políticas sociais. Pode-se dizer que o governo Lula da Silva inovou em relação à gestão de FHC nesse setor. Mas, inovou relativamente, pois embora ampliando enormemente a quantidade de pessoas atingidas por políticas de complementação de renda (os cerca de 50 milhões de brasileiros atendidos pelo programa Bolsa Família), manteve a lógica implantada por FHC – sob inspiração direta do Banco Mundial – de políticas sociais compensatórias e focalizadas, muito distantes da noção de direito universal, desmontada pelas políticas de Collor e FHC e igualmente abandonada por Lula.

Nas Universidades, espaço em que o governo de Lula da Silva também inovou em relação a FHC, mas igualmente de forma relativa, parece haver um exagero nas expectativas correntes de diferença entre as perspectivas de futuro com Dilma ou Serra na presidência. É fato que o governo atual expandiu as federais, criando novas IFES, abrindo vagas para reposição de professores e liberando verbas para novos prédios, elementos ausentes da gestão FHC/Paulo Renato. Porém, é preciso ter clareza que, analogamente ao caso das políticas sociais, trata-se de uma mudança quantitativa, não qualitativa. Explico: o governo Lula manteve os dois pilares da política do governo anterior para o ensino superior: ampliação dos espaços para o setor privado (combinada

à lógica de “privatização interna” das instituições públicas) e diminuição do sentido do trabalho e do diploma universitários. Afinal, antes de introduzir o Reuni, o MEC de Lula já havia criado o Prouni, programa de subsídios ao setor privado que movimenta por ano mais dinheiro público para as mãos privadas do que o projetado para os cinco anos de Reuni. E mesmo esse programa de expansão das federais se faz com metas muito claras de elevação da relação professor/aluno, muito além das alcançadas no governo anterior, minando as bases de um ensino de qualidade, o que é agravado pela proposta a ele associada de criação de novas graduações de curta duração e nenhuma garantia de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (horizonte básico de avaliação da qualidade do trabalho universitário).

Ou seja, o que estou dizendo aqui é que no campo da polarização criada entre Dilma e Serra estamos condenados a votar entre 6 e meia dúzia, entre o mesmo e o mais do mesmo. Ou não. Afinal, onde está a esquerda que, efetivamente, pode propor alternativas? Com o refluxo dos movimentos mais consistentes da classe trabalhadora, dos quais em grande medida surge e aos quais busca se vincular, ela está relegada a uma posição absolutamente secundária. Ainda assim, pode fazer alguma diferença se souber situar-se no quadro atual e trabalhar, no processo eleitoral de 2010, para estabelecer um diálogo com setores da classe trabalhadora que aponte as contradições do modelo atual e alinhe alternativas em outro patamar. Trata-se do desafio de plantar sementes, no debate ideológico e no plano organizativo. Como?

Em primeiro lugar, falando aos trabalhadores, ou seja, enfatizando o sentido de classe do discurso e do programa. E apresentando uma proposta alternativa de fato, isto é, uma proposta anti-sistêmica – socialista, ecológica, anti-racista, anti-machista, pois destruição da natureza, racismo, machismo não foram inventados, mas foram especificamente apropriados e são constantemente re-atualizados pela lógica sistêmica do capitalismo.

Isso significaria apontar para o debate de propostas políticas, em seu sentido amplo, e não cair na armadilha do debate de soluções técnicas, de pequena política. Por exemplo, em relação à política econômica: não se trata de apontar para taxas de juros ou superávits primários maiores ou menores em tantos pontos, mas sim de apontar para a quebra das cadeias da dominação do capital fictício e da força do imperialismo dos

países de desenvolvimento mais avançado. Para isso, é preciso falar em suspensão do pagamento e auditoria das dívidas externa e interna, de reestatização das empresas privatizadas, em estatização do sistema financeiro.

Ao mesmo tempo é preciso dizer que é necessário, como passo inicial, construir outro Estado, com instrumentos de democracia direta e controle dos trabalhadores sobre as empresas e bens públicos, assim como sobre as políticas públicas. Políticas públicas de natureza oposta às das atuais.

Como no caso das políticas sociais, que teriam de voltar a ser pensadas como direitos de todos, universais, não focalizadas. Assim, o debate que precisa ser feito não é, como farão Serra e Dilma, o de tantos milhões de reais a mais ou tantos milhões de novas família incluídas no Bolsa Família, mas sim o de garantias universais, como um seguro desemprego em patamares dignos e renda mínima como direitos de todos.

Estou aqui listando apenas alguns exemplos em um debate muito mais amplo. Resta, por fim, perguntar o seguinte: há uma esquerda capaz de levar adiante esse desafio nas eleições de 2010?

Por certo que estou tratando aqui de um conjunto de propostas que só pode se materializar indo além das legendas partidárias na direção de um programa de mudanças que envolva um conjunto amplo de movimentos sociais combativos e militantes independentes. Mas, no plano partidário, tais propostas só podem encontrar porta-vozes em poucas e pequenas legendas, como aquelas que em 2006 compuseram a Frente de Esquerda – PSOL, PSTU e PCB, que garantiu cerca de 7% dos votos para a candidatura à Presidência de Heloísa Helena. Em 2010, a Frente ao que tudo indica não se repetirá. A esquerda socialista se apresentará, assim, de maneira fragmentada, o que por si só já significa um prejuízo para seu projeto. E não terá uma candidatura com o perfil carismático como o de Heloísa Helena. O que, por outro lado, pode ter seu lado positivo, pois abrirá espaço para candidaturas mais dispostas a afirmarem a necessidade e a possibilidade da alternativa socialista, tentando pautar as questões políticas de fundo no debate eleitoral.

Os três nomes até aqui lançados pelos três partidos, respectivamente, Plínio de Arruda Sampaio, José Maria Almeida e Ivan Pinheiro, representam justamente um vínculo mais direto com as lutas e movimentos sociais. Algo que pode ter um efeito

positivo, especialmente em um ano importante, e aqui saímos do terreno meramente eleitoral, para o processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, especialmente em função dos esforços para a criação de uma nova central sindical e popular. Tais esforços esbarram em dificuldades de certa forma análogas às que inviabilizaram a Frente de Esquerda no processo eleitoral. Mas as barreiras devem ser superadas, pois se a criação de uma nova central unificando os setores combativos do movimento não é em si suficiente para a retomada das lutas, trata-se ainda assim de um passo fundamental na direção de mobilizações que possam, mais que qualquer processo eleitoral nas condições atuais, contribuir para uma alteração da correlação de forças, hoje tão desfavorável aos trabalhadores brasileiros.

Notas:

¹ Agradeço aqui o convite da Escola e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, para a palestra sobre As eleições de 2010, em 12/05/2010, em seguida estendido para a publicação deste artigo.

² Sobre esse ponto ver a produção recente de Fontes, como por exemplo a entrevista ao sítio da Unisinos,

³ Consultar a esse respeito os dados divulgados em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/16-cpt/200-dados-2009-release-25-anos-de-registros>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. *O imperialismo brasileiro está nascendo? Entrevista especial com Virgínia Fontes*. 7/05/2010. In http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=31982 (ultimo acesso em 07/06/2010)

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo : Nova Cultural, 1985.

LENIN. V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. UFRJ/Unesp, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/Clacso, 2000.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital : rumo a uma teoria da transição*. Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Boitempo, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.